

# **A Reforma do Estado e o Federalismo Fiscal no Brasil**

Leonilda Wessling (FURB)  
Rodrigo Getelina (FURB)

## **Resumo**

Este artigo se refere a reforma do Estado e o impacto das relações intergovernamentais na reforma do Estado; como ainda a reforma fiscal no Brasil. Este estudo se desenvolveu na disciplina: Estado Sociedade e Desenvolvimento Territorial (Doutorado/Mestrado). O objetivo geral do estudo foi identificar de que maneira se pretende diminuir as desigualdades entre os estados. Para isso, utilizou-se dos textos escritos por: ABRUCIO e PAES como sendo importante para a discussão dessa temática. A metodologia é a exploratória bibliográfica. Esse estudo se justifica pela importância que se tem em pensar a ocupação do espaço como ainda as mudanças que ocorre no mesmo. Constatou-se que as formas de ocupações em determinados territórios tem se dado de forma diferenciada e suas mudanças também se dão de acordo com o capital social que há nele, como ainda os recursos disponíveis. Para tanto, a Reforma Fiscal passa ser vista como uma alternativa de diminuir as diferenças entre as regiões, com isso, redistribuindo os tributos dos Estados mais ricos.

## **1.Introdução**

Este artigo se refere a reforma do Estado e o impacto das relações intergovernamentais na reforma do Estado. Discute ainda a descentralização em toda América Latina. Os temas da crise da reforma do Estado brasileiro já dominam a agenda política há mais de uma década. Além disso, a vitória de partidos mais à esquerda em diversas cidades importantes tem acentuado o papel dos governos locais. A reforma do Estado está vinculada ao executivo federal inserido no contexto da gigantesca crise estadual. Os planos nacionais e locais de governo recebem mais atenção do que os níveis intermediários. Este texto procura mostrar a importância, a urgência e o impacto para os demais níveis de governo da reformulação das máquinas públicas estaduais. O texto está dividido em duas partes: reforma do Estado e os tributos fiscais. Para a discussão sobre a crise do Estado será usado o pensamento de Luiz Fernando Abrucio, e para pensar a reforma tributária nos utilizaremos do pensamento de Nelson Leito Paes. Estes farão parte da estrutura do texto, porém não são os únicos que constarão como fundamentação teórica.

## **2. A Reforma do Estado**

A reforma do Estado está vinculada ao executivo federal inserido no contexto da gigantesca crise estadual. Os planos nacionais e locais de governo recebem mais atenção do que os níveis intermediários. Este texto procura mostrar a reformulação das máquinas públicas estaduais. O tema da reforma do Estado surge no final da década de 1970. A crise do modelo estatal montado no pós-guerra, o qual tinha sido o agente fundamental de uma era de gigantesca prosperidade das economias capitalistas. Passada quase duas décadas de reformas, ao contrário do que muitas vezes tem se argumentado, os resultados gerais não apontaram para a constituição de um Estado mínimo, mas sim para a reconstrução da forma de intervenção e gestão do aparelho estatal. O primeiro aspecto refere-se à redução da atuação direta do estado, por meio de privatizações, concessões ou parcerias, ou seja, a redefinição do papel do Estado. De acordo com o Banco Mundial: “Sem um Estado efetivo, o desenvolvimento é impossível”. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 25 apud ABRUCIO, 2013, p. 03).

Constata-se o aumento do número de servidores, isso leva a uma política de diminuição de funcionários públicos. Com a flexibilidade no serviço público se torna mais ágil, descentralizada, mais aberta às parcerias com a sociedade, a flexibilidade da administração pública foi obtida por reformas gerenciais, a administração mais baseada no controle *a posteriori* dos resultados do que no controle estrito das reformas e procedimentos, a horizontalização de estruturas, o fortalecimento dos mecanismos de avaliação de desempenho, entre as principais inovações de gestão pública. (PEREIRA, 1998, apud. ABRUCIO, 2013, p. 05).

Dentro desse contexto, a proposta dos servidores públicos está sendo cada vez mais orientada ao cidadão-cliente, participação dos usuários e da comunidade na avaliação dos serviços públicos. A reforma tem buscado conciliar a atuação regulatória do governo na economia, o equilíbrio fiscal, a eficiência e efetividade das políticas, a democratização do poder público e a reforma de suas relações com a sociedade. A uma necessidade de reestruturar o Estado para enfrentar os novos desafios sociais e econômicos, levando em conta as especificidades das regiões e países. O caso brasileiro deve ser pensado com um olho para as mudanças globais. (ABRUCIO, 2013, p. 06).

No Brasil a reforma tem dado uma feição meramente financeira às ações reformistas. A democratização brasileira envolve, primeiramente, lidar com demandas sociais represadas durante décadas. Além disso, ela tem que responder a questão da desigualdade social, grave problema do país e da América Latina. As políticas sociais devem ser reformadas. “A federação é a coluna vertebral que pode ou não dar

consistência e viabilidade ao conjunto de reformas econômicas sociais e políticas que o Brasil pretende realizar”. (CAMARGO, 1994, p.93).

O sistema político estadual é marcado por padrões não republicanos com efeitos danosos ao exercício da cidadania e ao equilíbrio das contas públicas, dificultando a reforma do Estado neste nível de governo. O fato é que as administrações públicas estaduais estão muito mais longe da modernização organizacional e da profissionalização da burocracia do que do Governo Federal. (ABRUCIO, 2013, p. 09).

A resposta a isso se encontra em parte na evolução do federalismo brasileiro, mas tem sua motivação mais importante em estrutura federativa montada na redemocratização e nas suas consequências. A questão federativa teve um papel fundamental na formação do Estado brasileiro. A colonização portuguesa não logrou criar uma centralização política-administrativa capaz de aglutinar e ordenar a ação dos grupos privados instalados ao longo do território brasileiro. (CARVALHO, 1993, apud. ABRUCIO, 2013, p. 09).

O domínio ficava a cargo da oligarquia local com medidas centralizadora e autoritária da Metrópole. Portanto, o federalismo tem raízes históricas. O Império deixou como legados a unidade territorial e um forte sentimento de nacionalidade (MERQUIOR, 1992, P.397).

Portanto, criou-se uma alta rotatividade nos cargos, o que torna o Estado legitimado. A primeira República Brasileira (1889-1930), sobretudo, a partir do governo Campo Salles, constrói um federalismo baseado na grande autonomia dos estados e no enfraquecimento do Governo Federal. É a chamada política dos governadores. Na Primeira República a ideia era estabelecer um governo hierárquico concentrando a riqueza no Sudeste e levando a uma grande desigualdade entre os estados membros e entre as regiões do país. A segunda característica é a manutenção de um poder oligarquizado em praticamente todos os Estados. A era Vargas marca os dois momentos, o Estado Novo (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985). São dois momentos de maior modificação do aparelho estatal brasileiro, governo e elite local, ou seja, o Governo Central negociando constantemente com as elites regionais. (ABRUCIO, 2013, p. 11).

A alteração da estrutura federativa era um objetivo Explícito e fundamental dos militares. Buscava-se aumentar a capacidade decisória do Executivo Federal e evitar a

articulação oposicionista da elite civil nos estados, especialmente a que pertencesse aos quadros dos partidos do período anterior ao golpe de 1964. As principais medidas tomadas pelos militares foram: a instauração da eleição indireta para governador, a centralização de recursos tributário nas mãos da União e a reprodução da estrutura administrativa federal pelos governos estaduais, a fim de facilitar o estabelecimento de convênios com a administração direta e, sobretudo, indireta do Governo Central, obtendo-se assim os recursos técnicos e financeiros que faltavam naquele período de escassez (MEDEIROS, 1986, p. 165).

Apesar do fortalecimento do Governo Federal, a negociação com as elites estaduais permaneceu por todo o período autoritário. Constatou-se isso, primeiro, a partir da manutenção de eleições para vários cargos de importância fundamental para a carreira política no plano subnacional. Deputados estaduais, prefeitos da grande maioria dos municípios, sobretudo no interior, deputados federais e, especialmente, senadores, continuaram sendo escolhidos pelos eleitores. (ABRUCIO, 2013, p. 12).

No decorrer do regime militar também tiveram de ser feitas várias transferências diretas e indiretas de recursos financeiros aos estados. A forte centralização tributária não resistiria politicamente se os governos subnacionais não fossem recompensados de algum modo. A partir de 1975, foram afrouxados os limites de individualmente dos estados, favorecendo as unidades mais ricas do Sudeste, sobretudo São Paulo e suas estatais (ABRUCIO, 1998; 2013 p.13).

Quando o regime militar procurou aprofundar a liberalização sem perder o controle do processo, os governos estaduais foram mais agraciados, agora em prol de sua autonomia financeira, com o aumento do quantum dos governos subnacionais nas transferências federais e com mudanças no principal imposto estadual, o ICM, dando mais liberdade de fixação de alíquotas aos estados. O Governo Federal perdeu os rumos da transição, principalmente a partir das eleições de 1982, quando pela primeira vez foram eleitos governadores oposicionistas para comandar importantes máquinas estaduais, tais como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Este fato deu o tom de nossa redemocratização: o novo regime constitui-se por meio de eleições estaduais e não nacionais, contando menos os partidos e mais os Executivos estaduais como instrumentos fundamentais da ação política. (ABRUCIO, 2013, p. 13).

O fortalecimento dos estados reflete-se claramente no grau de descentralização tributária e fiscal estabelecido pela constituição de 1998. O Brasil é hoje, segundo Celina Souza, o país em desenvolvimento com maior grau de descentralização tributária, além de os estados terem grande liberdade na definição de seus gastos (SOUZA, 1998, p.8 apud. ABRUCIO, 2013, p. 14).

As responsabilidades dos municípios só têm aumentado e a crise do estado ainda não foi percebida pela elite. O Estado estava quebrado e não havia que pudesse reformulá-lo para enfrentar a nova realidade. Além disso, as características do sistema político também contribuíram para aumentar o poderio dos governadores. São elas: a) O sistema ultrapresidencial que vem vigorando nos estados; b) a lógica da carreira política brasileira, cuja reprodução se dá pela lealdade às bases locais; c) Os caciques regionais têm ocupado posição destacada de liderança no Congresso Nacional. O fortalecimento dos governos estaduais brasileiros resultou na configuração de um federalismo estadualista e predatório. A dívida por não controlar os bancos estatais, o Governo Federal regularmente cobria seus déficits, socorrendo os estados com bilhões de dólares que não seriam recuperados. De 1983 a 1995, o montante passou de R\$= 18 bilhões para R\$=97 bilhões (ABRUCIO, 1998, p.197; 2013 p 15-17). Um dos efeitos desse calote era o aumento das taxas de juro, processo que afetava a todos os estados. A lógica predatória prejudica a todos, porém faz dos estados relativamente, os menos prejudicados. O maior exemplo é a guerra fiscal. A selvagem batalha das isenções fiscais começa a tomar forma com o fim do regime militar e consolida-se após a constituição de 1988, quando os estados médios, favorecidos pelos investimentos em infraestrutura e em outras áreas realizadas primordialmente pelo II PND, começam a oferecer benefícios para retirar empresas que normalmente iriam para unidades mais ricas. O comportamento individualista e predatório vigente no federalismo estadualista tem reforçado as práticas selvagens de incentivos fiscais. A preocupação se dava na empresa não se preocupando com o resultado global e sequer com o custo disso para suas contas públicas. Com esse déficit público resultou em privatização das empresas estatais veículos para a manifestação clientelista e suas consequências perversas. Em suma, a estrutura federativa erigida na democratização é ponto fundamental para o processo de reforma do Estado. O período iniciado pelo Plano Real colocou em cheque o federalismo estadualista e predatório. As reformas nos estados, a partir daí, começaram a ser feitas, com avanços e malogros. (ABRUCIO, 2013, p. 18-19).

A era do Real marca o início da crise do federalismo estadualista, embora não tenha eliminado totalmente, exemplo, a guerra fiscal. Entende-se aqui que o Real de uma forma mais ampla do que um plano de estabilização: o contexto que o proporcionou (...). A partir de 1993, e mais especificamente da indicação do ministro Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, o Governo Federal brasileiro fortaleceu-se, em razão dos seguintes fatores: a) o aumento do fluxo de capitais externos ao país, depois de uma década de escassez; c) as contas públicas federais melhoraram sua condição; c) o impeachment do presidente Collor e a possibilidade de Lula (1994), força a luta das comunicações de massas não permitir um candidato fora do sistema. Já se pretendia aqui uma reforma de Estado, o que não ocorreu na década de 1980. (ABRUCIO, 2013, p. 21).

Dentro desse contexto da reforma do estado, o Brasil continua com seus entraves, pois não conseguiu ainda fazer a tão esperada reforma para fortalecer o federalismo e as políticas sociais no Brasil. A busca por igualdade tanto regional, quanto estadual e municipal, continuam sendo um desafio.

## **2.1. A Guerra Fiscal no Brasil**

Propomos-nos analisar a reforma fiscal que busca diminuir as desigualdades regionais, com isso, modificando a dinâmica tributária em determinados estados. Aqui serão identificados os estados ganhadores e perdedores desse processo de mudança em relação aos ajustes fiscais. Uma das causas das disparidades de desenvolvimento entre as regiões é atribuída aos diferentes níveis de infraestrutura. Sem ela, não há desenvolvimento diz Paes (2007).

Os estados menores são prejudicados pela falta de capital humano, entendido como baixo nível educacional e precário acesso à saúde. O capital humano e crescimento andam juntos. Uma política que busca combater as desigualdades regionais deve privilegiar transferências de recursos para os Estados mais pobres com o objetivo principal de promover o desenvolvimento de sua infraestrutura.

Paes (2007) se refere ao equilíbrio computável. A existência de grandes desigualdades regionais exerce influência negativa sobre os padrões de desenvolvimento do país e sobre o bem-estar da população, podendo levar à ruptura do pacto federativo. Essa superação passa pela mediação do Estado, que continua exercendo um papel importante no novo padrão de acumulação. Nesse contexto das desigualdades regionais, o Sul e Sudeste são considerados mais promissores, com isso,

se propõe uma discussão crítica sobre o modelo existente e, portanto, terá que repartir o bolo.

Para atender essas disparidades regionais, o governo brasileiro adotou programas de desenvolvimento regional para as áreas mais carentes do País, por meio de instrumentos creditícios e tributários. São eles: O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO); Como ainda, os incentivos fiscais – Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Área de Livre Comércio; Os Fundos Fiscais de Investimentos Regionais- Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), do Nordeste (FINOR) e Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES)...Paes se refere a um modelo de governo que não deu certo (1985-1998)??? (PAES, 2007, p. 707 – 7010).

Esse modelo de desenvolvimento regional acarreta ineficiências econômicas diz Paes (2007, p. 710), ao promover investimentos em regiões não dotadas de infraestrutura física adequada (transportes, redes de energia e de telecomunicações, entre outros). Como ainda:

Capital humano, mão de obra qualificada e formação adequada, bem como não desenvolve um tipo de competição saudável em virtudes dos benefícios tributários implementados, distorcendo o processo de decisão dos investimentos privados que passa a não se basear na eficiência econômica. (SALVI, 2005, apud. PAES, 2007, p.710).

O federalismo brasileiro contempla duas transferências constitucionais do nível federal para os Estados e municípios e segundo Paes (2007, p. 11), “são o coração do sistema fiscal intergovernamental e ajudam na disponibilização de recursos para as regiões menos desenvolvidas”.

Sobre o fundo de participação dos Estados (FPE), o governo federal distribuiu 21,5% das receitas líquidas dos três impostos federais principais (IRPJ, IRPE e IPI) aos Estados, com 85% dos fundos designados especificamente para as três regiões mais pobres do país (o Norte, o Nordeste e o Centro – Oeste). (PAES, 2007, p.711).

Dentro desse contexto segue as receitas referentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo Paes (2007, p. 711), “esta transferência consiste em 22, 5% das receitas líquidas dos mesmos três impostos federais. O critério principal de alocação é a relação direta com a população e a inversa com a renda, com 10% dos recursos distribuídos às capitais de Estado, 86,4% são distribuídos entre os demais municípios”. Portanto uma fração mínima fica aos pequenos municípios e uma máxima às cidades

com uma população acima de 156.216 habitantes e os 3,6% restantes compõem uma cota adicional para os municípios mais populosos.

Apesar de o FPE e FPM trazerem uma razoável melhora na distribuição de recursos entre os Estados brasileiros, ainda permanecem inaceitável que cidadãos de locais menos favorecidos tenham à sua disposição menos da metade dos recursos disponíveis para regiões mais desenvolvidas. Portanto, aqui se pensa na cooperação intergovernamental na promoção de políticas nacionais de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais.

A Constituição Federal de 1988 instituiu um sistema legal de participação de receitas que limitam a capacidade de gasto do governo federal e, por consequência, sua capacidade de coordenação de políticas. Assim sendo, a federação brasileira adotou desde sua origem, na constituição de 1891, o regime de separação de fontes tributárias, discriminando impostos de competências exclusiva dos Estados e da União. A evolução histórica da estrutura tributária nacional, particularmente no que diz respeito à distribuição das competências exclusivas, caracterizou-se por mudanças lentas e graduais, sendo as maiores rupturas operadas pela centralização da Reforma Tributária do regime militar (1965-68) e, no período seguinte a descentralização fiscal da Constituição de 1988. Dentro desse contexto, a arrecadação de tributos segundo Arretch (2004, p.18) “é extremamente desigual no plano horizontal, isto é, entre os governos subnacionais”.

A preocupação governamental está na reeducação das desigualdades regionais. Fator essencial para o maior equilíbrio socioeconômico da Federação. A proposta aqui analisada será em se eliminar do sistema tributário brasileiro, particularmente no que se refere ao ICMS, o princípio de origem adotando-se completamente o princípio do destino. Tal eliminação deverá ser feita em três etapas. Num primeiro momento, em 2005, as alíquotas interestaduais seriam reduzidas em 25% em 2008 e sendo eliminadas definitivamente em 2012. São consideradas duas possibilidades: a primeira englobando todos os Estados e a segunda exceto o Estado do Amazonas, onde fica localizada a Zona Franca de Manaus.

O Brasil adota o princípio da origem na tributação interestadual, mas não em sua totalidade. No caso brasileiro, o princípio dá origem é apenas em parte aplicada, já que



um percentual da arrecadação cabe ao Estado onde se situa a indústria e outro percentual ao Estado de destinação dos produtos.

A adoção do princípio misto traz problemas para o Estado exportador, sendo uma das principais causas da guerra fiscal, além de tornar o ICMS um imposto sobre a produção, já que o consumidor repassa uma parte do imposto pago ao Estado onde o produto foi fabricado.

A solução, segundo Paes (2007, p. 12), “para a diminuição da competição tributária é tornar mais igualitária a distribuição de receitas públicas e a adoção do princípio de destino, ou seja, todos os produtos consumidos repassa uma parte do imposto pago ao Estado onde o produto foi fabricado”. Quem produz mais, arrecada mais.

O principal entrave para a adoção do princípio do destino é a oposição dos Estados mais ricos da Federação, uma vez que tal princípio implica na redistribuição da receita, favorecendo os Estados importadores, que são justamente os mais pobres.

A segunda alteração proposta consiste na extinção dos programas de desenvolvimento regional que, segundo os dados de Salvi (2005), retirados da secretaria da Receita Federal, receberam um montante total de recursos em 2002 de R\$ 9, 452 bilhões.

Tabela 1 – Recursos para o desenvolvimento regional (% PIB)

Mecanismo	Recursos (R\$ milhões)	Recursos (%PIB)
Fundos Constitucionais de Financiamento	3.168,00	0,24%
Incentivos Fiscais	1.086,46	0,08%
Zona Franca de Manaus	4.138,09	0,32%
Fundos de Desenvolvimento Regionais	1.100,00	0,08%

Fonte: Azzoni (1997) e IBGE (2002). Adaptada pelos autores

O que há em comum a todos os recursos é que, basicamente, tratam de incentivos concedidos às empresas para que estas se estabeleçam em locais menos desenvolvidos. Portanto, boa parte dos recursos concedidos não fica nos lugares mais pobres. Pois, os empresários podem transferir o lucro para o seu local de origem. Assim sendo, parte substancial dos recursos concedidos como isenção tributária ou incentivo fiscal acaba se desviando para regiões mais desenvolvidas. (PAES, 2007, p. 713).

Na prática, o mecanismo de desenvolvimento regional utilizado pelo Brasil não foi capaz de alterar substancialmente a distribuição de renda entre os Estados Federados ao longo dos últimos 40 anos em que foi aplicado, pois apesar dos inegáveis progressos das regiões Norte e Centro-Oeste, a região mais pobre, o Nordeste, ficou cada vez mais para trás. (PAES, 2007, p. 713).

**Tabela 02 – Participação das regiões brasileiras no PIB nacional**

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1950	1,71%	14,47%	66,00%	16,10%	1,72%
2002	5,00	13,50%	56,30%	17,70%	7,40%

Fonte: Azzoni (1997) e IBGE (2002). Adaptada pelos autores.

A consequência natural é a perpetuação da pobreza, pois a renda permanece extremamente baixa e a necessidade de capacitação e educação permanecem reduzidas.

Todas as famílias fornecem mão de obra e capital para a firma que, em troca, paga salários e juros. Todas as famílias pagam impostos sobre o consumo e a renda. Por outro lado, o governo transfere renda e fornece bens públicos que aumentam a utilidade das famílias. Os dois estados mais pobres da federação são Maranhão e Alagoas, portanto são estados beneficiados com esse programa de igualdade regional do governo federal.

Usando os dados de 2002, dividiu-se a carga tributária em três grandes grupos de fatos geradores: renda do trabalho, consumo e renda do capital. A tributação sobre o consumo se subdivide em federal e estadual, incluindo-se neste último o ICMS e na primeira o restante dos tributos sobre o consumo.

Quando multiplicamos a alíquota tributária sobre o consumo estadual pelos valores do consumo por Estado, obtemos um valor para a arrecadação do ICMS por Estado. Ocorre, entretanto, que nem todo o consumo das famílias está sujeito ao ICMS e existem bens com alíquotas diferentes de 17%. Portanto, a introdução do princípio do destino será feito em três etapas. Num primeiro momento, em 2005, e num momento final em 2012. A tentativa é que nem um Estado ultrapasse o outro no *ranking* de arrecadação *per capita*. (PAES, 2007). Os estados que mais fazem o repasse dos recursos para os Estados são: Mato Grosso; Espírito Santo; São Paulo; Amazonas e Santa Catarina.

Na discussão final do estudo, constatou-se que a mudança na sistemática da cobrança do ICMS não influencia o comportamento da firma representativa, que continuará sendo tributada da mesma maneira. O que ocorrerá, em síntese, é uma redistribuição da arrecadação entre os Estados. O objetivo é tornar mais equitativo as despesas públicas *per capita*. A arrecadação dos Estados será afetada de duas formas: a primeira, de forma mais direta, é a adoção do princípio do destino na arrecadação do ICMS, que redistribuirá a receita própria dos Estados, e a segunda, via transferências verticais, extinguirá os fundos de desenvolvimento regional e os incentivos fiscais, cujos recursos serão repassados para os Estados mais pobres da Federação. Na proposta, mantém-se o mesmo valor para arrecadação estadual dos demais tributos e também para os recursos repassados pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Para verificarmos como o princípio da origem na arrecadação do ICMS afeta a distribuição das receitas próprias, foram realizadas duas simulações: Uma, considerando que o Estado do Amazonas será incluído na adoção do princípio da origem, e outra, excluindo-o e mantendo-o na situação atual. Este estado é mais afetado pelas modificações, em razão da presença da Zona Franca de Manaus, com seus muitos incentivos e cuja produção destina-se primordialmente a outros Estados. A ideia de retirada do incentivo fiscal da Zona Franca de Manaus será em 2023. Verificou-se que apenas seis estados perderiam: Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Amazonas. Entre os maiores recebedores líquidos estão o Maranhão, o Distrito Federal, Roraima, Pará, Alagoas e Piauí. Exceto o DF, que aparece contemplado como maior recebedor pela sua condição atípica de estado essencialmente

importador, os demais são os mais pobres da federação. O Maranhão, por exemplo, aumenta sua arrecadação em 35%... Ou seja, os estados produtores perderão. Santa Catarina sofrerá reduções na arrecadação da ordem de 374 milhões. Os estados industriais perdem e os importadores ganham. Os estados mais pobres estão localizados na sua maioria no Nordeste e estes ganharão. Em termos absolutos, os grandes perdedores são, pela ordem, São Paulo, Amazonas, Espírito Santo e Santa Catarina. Já os mais privilegiados são Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, Ceará e Pará, nessa ordem, com o aumento de R\$= 2,78 bilhões, R\$= 2,30 bilhões; R\$= 2, 28 bilhões; R\$= 2, 03 bilhões e R\$= 2,01 bilhões. Pensando a melhoria da desigualdade entre as receitas dos Estados, os resultados são muito positivos.

As transferências verticais atuam reforçando os recursos para os mais pobres. Com isso eleva os Estados citados em 25 pontos percentuais, assim, diminuindo as diferenças entre os Estados. Estes resultados aproximaram mais o federalismo brasileiro, no quesito distribuição das receitas tributárias, do federalismo alemão. Um exemplo são os dois Estados mais pobres, Saxônia e Tíringia e no Brasil Maranhão e Piauí, os dois Estados brasileiros atingem um indicador de 80,8%. Assim, o federalismo brasileiro torna-se mais justo e equilibrado, embora ainda reste um longo caminho para se atingir o padrão alemão.

Do lado da arrecadação pública, que inclui União, Estados e Municípios, o mecanismo das transferências verticais eleva a alíquota sobre o consumo e renda do capital. O Estado é quem fornece a maior parte das necessidades, via educação, saúde, transporte público, etc. como houve grande arrecadação no Estado, é de se esperar resultados em relação ao bem-estar. As maiores beneficiadas são as famílias dos estados vencedores, enquanto, que para os que sofrem redução afeta negativamente as famílias. (PAES, 2007, p. 739).

### **3. Comentário**

Ao se referir a reestruturação do Estado Paes tenta identificar de que forma a distribuição dos recursos se dão de maneira a priorizar a igualdade entre as regiões do país e com isso, estabelecer regras que permitam uma renda per capita mais igualitária entre os Estados. Com isso, o federalismo se fortalece no contexto das necessidades

básicas ficando a cargo desse montante de arrecadação que prejudica as regiões industrializadas retirando parte de seus tributos para haver um equilíbrio socioeconômico federal. Portanto, fica a pergunta de que maneira os Estados perdedores irão organizar suas finanças e a manutenção de suas necessidades básicas que já estavam estabelecidas? Como o governo irá garantir a infraestrutura para as regiões ganhadoras e poder garantir a igualdade esperada entre as regiões? Como pensar a igualdade na diversidade, uma vez que as regiões são culturalmente diferentes e com isso sua produtividade é desigual? Dentro desse estudo, percebeu-se que há tentativa de equilíbrio regional, mas com isso, pode não está sendo identificadas as diferenças dentro de cada região, portanto, muito terá que ser feito para pensar num federalismo forte, porém com eficiência.

#### 4.Referência

ABRUCIO, Fernando Luiz. Reforma do Estado e Federalismo o Caso dos Governos Estaduais Brasileiro

[http://www.bndespar.com.br/SiteBNDS/export/sites/default/bnds\\_pt/Galerias/arquivos/bf\\_bancos/e0001181.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDS/export/sites/default/bnds_pt/Galerias/arquivos/bf_bancos/e0001181.pdf) Acesso, 08/03/2013.

---

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia.** São Paulo: Perspectiva. 18 (2): 17-26, 2004.

CAMARGO, Aspásia. O Novo Pacto Federativo. **Revista do Serviço Público**, ano 45, vol.118, n.1. Brasília.

**IPEA** – Estado, Instituições e Democracia: República/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: IPEA, 1010. V.1. Capítulo 5 – coordenação e cooperação no federalismo brasileiro

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Políticas e Relações Intergovernamental no Brasil 1964 -1982.** Garland Publishing. Nova Iorque. 1986.

PAES, Nelson Leitão e SIQUEIRA, Marcelo Lettieri. Desenvolvimento Regional e Federalismo Fiscal no Brasil: Em busca da igualdade na distribuição de recita. **Revista de Economia Aplicada.** São Paulo, V. 12, n. 4.p.707-742, 2007.